

A toque de caixa

Crescem as convicções de que o presidente Figueiredo fará em breve algo de fundamental para marcar sua posição em favor da candidatura do Sr. Paulo Maluf, uma vez que sente a impossibilidade da materialização de qualquer outra hipótese política. A disposição presidencial seria advinda da rápida perda de consistência da candidatura oficial, após a decisão do TSE vetando a arguição de infidelidade no Colégio Eleitoral e ante o temor de uma corrida de governistas para o Sr. Tancredo Neves.

Ao que se sabe, o Presidente da República já teria comunicado ao candidato Paulo Maluf suas intenções de cerrar fileiras, com todo o governo, em torno de sua eleição, que não é tida ainda como perdida em alguns redutos, embora no próprio meio malufista já reine um visível desalento. O Presidente, para tanto, precisaria dar uma prova cabal ao público externo que não está para mais vacilações, e não será surpresa se sua medida inicial seja a de substituir um dos mais fortes ministros de seu governo, seu amigo histórico, mas não amigo de Maluf, por um quadro nitidamente malufista. Há informações, a esse respeito, de que os convites já estão feitos e aceitos um para sair à italiana, outra para entrar, à macleira.

Com essas posições, o chefe do Governo almejava adotar uma atitude frontal diante de sua sucessão, desmentindo os que argumentam não dispor de vontade para lutar pela continuidade de seus planos e de sua principal obra, que é a abertura democrática. Ao governador Leonel Brizola, inclusive, o Presidente terá transmitido uma opinião apenas convencional, de que pretende seguir para casa tão logo termine seu mandato, pois a nenhum líder nacional é dado o luxo de não disputar, a não mais poder, a passagem de seu governo para mão de seu próprio grupo a de seu partido de origem.

O Presidente de resto se posicionaria de forma coerente com seus princípios democráticos, ao se empenhar pela manutenção das regras do jogo sucessório, conforme ele próprio traçou e passou a defender ardorosamente. Se o quadro está francamente desfavorável ao Governo, não cabe rasgar as regras — o que seria danoso ao avanço democrático que já se conseguiu — mas respeitar uma das

alternativas do processo, que é a derrota, embora com dignidade. O Presidente, todavia, ao entrar para valer no esquema de eleição do candidato, usa uma prerrogativa essencialmente democrática, e poderá impedir uma prematura desestabilização do quadro institucional, que ocorreria no caso de a eleição do Sr. Tancredo Neves ficar tão evidente que passe a se tornar plebiscitária.

Para sorte das instituições porém, o Presidente da República deseja atuar, não importando agora quem vá sofrer ou perder suas cabeças, se o ministro Andreazza, para começar. O chefe do Governo teve todo o tempo disponível para testar as fórmulas alternativas para o atual quadro, e não moveu uma só peça no tabuleiro para se manter numa postura equidistante. Mas mesmo essa sua isenção não é reconhecida, hoje, por políticos que o conhecem de perto, pois ele agiu politicamente em vários episódios, só que colhendo frutos negativos de sua ação. Dois exemplos: quando exortou os candidatos à presidência da República a renunciarem coletivamente em função de uma quinta candidatura, e quando chamou os governadores do PDS ao Palácio do Planalto para lhes solicitar o engajamento com a candidatura oficial.

Hoje, o Presidente não poderá se queixar do comportamento do candidato oposicionista, como também não mais terá meios para impor a desistência do candidato oficial, pois tudo teve o seu tempo, e agora chega a vez da disputa real do poder; desafiadora do regime que superestimava sua capacidade de enfrentar qualquer situação exógena que porventura se apresentasse. Falharam todos os dispositivos e todos os casuísticos, e ontem cedo o Governo teve notícia de que mesmo o senador Moacyr Dalla determinou-se a ser um dique a represar as tentativas de torná-lo um brinquedo. No mesmo dia, o presidente da Eletrobrás percorreu o caminho da experimentação da realidade que a cada dia mais se impõe: não mais adiantam fórmulas de salvação, nem de conciliação, pois as regras estão fixadas, malgrado as melhores intenções que possam assolar as personalidades republicanas que sonham com um governo de união nacional.

LEONARDO MOTA NETO